

Elizabeth Farias da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
lizbet@uol.com.br

Eurocentrismo, “regime laico” e a “diferença” colonial” no Brasil: educação pública e “Estado etnocrático” em território com diversidade multicultural

Trata a comunicação, em primeiro momento, sobre a trajetória da reverberação da laicidade e religião em cenário onde a invasão ibérica ocorre com a espada e a bíblia da igreja católica, vinculada com Roma. Onde a primeira constituição imperial (1824) foi aprovada em nome da santíssima trindade no agora país nominado Brasil e a primeira constituição republicana - em seu texto original - (1891) que foi radical nos termos e em torno da laicidade. A influência jesuítica deveria ser aplastada da educação pública para parcela do grupo de republicanos que apoiaram o movimento pró república instalados na então capital do país, Rio de Janeiro. Em segundo momento, a comunicação tem o sentido mentado de problematizar a relação entre os conceitos de eurocentrismo, “regime laico” e “diferença colonial” e educação pública em um princípio de realidade onde a circunscrição do território de um Estado etnocrático – característica do Estado moderno – como o Brasil conviveram e convivem grupos étnicos com sagrados distintos dos de maior visibilidade herdados do dito, Ocidente, e a concepção de comunidade e não de indivíduo pressuposto exigido pelo Estado moderno, também.

A pesquisa foi pautada em fontes tais como legislação, periódicos da época da temporalidade da pesquisa (1909-1927), manifestos, biografias de maçons e positivistas ativistas do movimento republicano no Brasil e ementário de curso de formação de docentes com origem “indígena”. Os primeiros resultados da pesquisa sugerem a permissão de cotejamento entre a “invisibilidade” da escola pública entre os diversos grupos étnicos no país e a situação contemporânea, onde pressões de grupos sociais com interesses econômicos e estratégicos em relação ao território brasileiro lutam para o reestabelecimento da “invisibilidade” dos indígenas e a desarticulação de seus movimentos sociais e reivindicações a partir do Decreto 5051 de 19 de abril de 2004 em que formalmente o Estado brasileiro reconheceu a diversidade de “povos indígenas” para o seu Estado-Nação. Esta comunicação é corolário do projeto de pesquisa aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela FAPEMIG -Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais intitulado “ Educação, pobreza, política e marginalização: formação da força de trabalho na nova capital de Minas Gerais – 1909-1927.”